

MUDANÇA NAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DO SÉCULO XX E SUA RELAÇÃO COM A RESISTÊNCIA À INCORPORAÇÃO DAS TIC

PACHECO, Márcia Leão da Silva¹; LOPES, Rosemara Perpetua²

¹Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí (UFG-REJ)

Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

marcia.pacheco@educ.go.gov.br

²Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí (UFG-REJ)

rosemaralopes.ufg@gmail.com

Resumo: Apresentamos resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, atualmente em desenvolvimento, que tem por objetivo geral investigar se a resistência ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação existe em escolas estaduais de Goiás, confirmando o apontado pela literatura educacional, e que relação mantém com a formação continuada. Por resistência entendemos a rejeição à mudança. Tendo em vista esse objetivo, buscamos responder às seguintes questões: a resistência ao uso das TIC na educação, apontada pela literatura educacional, está presente em escolas estaduais goianas? Que relação mantém com a formação continuada? A pesquisa tem cunho quanti-qualitativo e adota o método histórico-analítico. Neste trabalho buscamos identificar as principais tendências pedagógicas que configuram o pensamento educacional brasileiro no século XX e localizar indícios de resistência, por meio de uma revisão da literatura pertinente, incluindo Libâneo (1992), Manacorda (2006), Saviani (2013) e Romanelli (2014), vislumbrando atender a um dos objetivos específicos da mesma, que consiste em caracterizar a resistência ao uso das TIC no ambiente escolar, caso exista. A revisão da literatura pertinente é desenvolvida do seguinte modo: a) breve descrição dos principais aspectos históricos, tendo como marco histórico o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; b) tendências pedagógicas que marcaram o século XX; c) elementos indicativos de resistência no contexto focalizado. Os resultados apontam resistência à mudança no período histórico investigado e sugerem que a mesma é anterior à discussão sobre a presença e o uso de tecnologias digitais na educação pública brasileira e extrapola os limites da mesma.

Palavras-chave: Tendências pedagógicas. Resistência. Educação Básica. Tecnologias.

1 Introdução

Apresentamos uma revisão teórica sobre o campo educacional brasileiro no século XX, investigando indícios de resistência à mudança, com prioridade para as tendências pedagógicas, e em que momento elas eclodiram. À palavra “resistência” atribuímos o sentido de rejeição ao novo.

A revisão é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo geral investigar se a resistência ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação existe em escolas estaduais de Goiás, confirmando o apontado pela literatura educacional, e que relação mantém com a formação continuada, e está relacionada a um dos objetivos específicos, que consiste em caracterizar a resistência ao uso das TIC no ambiente escolar, caso exista.

De cunho quanti-qualitativo, a pesquisa abarca pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, esta última realizada por meio de questionário e entrevista semiestruturada.

2 Justificativa teórica

Ao longo do tempo, “a escola é um produto do processo de modernização”, (TEDESCO, 2001, p. 11), sempre vinculada entre a inclusão social e a própria construção pessoal. Neste sentido, “os movimentos educacionais não estão alheios a essa crise [...], e as respostas simples do passado não são mais suficientes para definir uma orientação político-educacional que responda aos objetivos de democracia e equidade na distribuição do conhecimento” (TEDESCO, 2001, p. 12).

Pressupondo que escola não está à margem da sociedade, do contexto atual destacamos as TIC e seu impacto sobre o processo educativo, compreendendo que

[...] as tecnologias são tão antigas quanto a espécie humana. [...] O uso do raciocínio tem garantido ao homem um processo crescente de inovações. Os conhecimentos daí derivados, quando colocados em prática, dão origem a diferentes equipamentos, instrumentos, recursos, produtos, processos, ferramentas, enfim, a tecnologias. (KENSKI, 2012, p. 15).

Mantendo o foco no processo de incorporação das TIC ao processo de ensino e aprendizagem da educação pública brasileira, destacamos as tendências pedagógicas e o fazer docente a elas subjacentes, considerando sua reconfiguração histórica. Na perspectiva de Libâneo (1993, p. 52), tendência pedagógica consiste no

[...] entendimento dos objetivos, conteúdos e métodos da educação [que] se modificam conforme as concepções de homem e da sociedade que, em cada contexto econômico e social de um momento da história humana, caracterizam o modo de pensar, o modo de agir e os interesses das classes e grupos sociais [...] é sempre uma concepção da direção do processo educativo subordinada a uma concepção político-social.

A relação entre essas tendências e a resistência às TIC na escola é objeto de discussão neste trabalho.

3 Metodologia

De acordo com Saviani (2013), Manacorda (2006) e Romanelli (2014), mudanças no campo educacional brasileiro aconteceram com maior intensidade a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, considerado um marco.

Em vista desses pressupostos, realizamos um resgate histórico no período do século XX, priorizando os principais aspectos que geraram mudanças acentuadas no campo educacional.

O resgate é feito por meio de revisão teórica, engloba Libâneo (1992), Manacorda (2006), Saviani (2013) e Romanelli (2014) e outros, desenvolvida, essa, conforme o percurso visualizado no Quadro 01.

Quadro 01: Percurso metodológico da revisão teórica

Sequência	Etapa	Enfoque
1ª parte	Resgate histórico	Principais acontecimentos no campo educacional brasileiro no século XX
2ª parte	Tendências pedagógicas do século XX	Contexto histórico e suas características
3ª parte	Resistência à mudança	Momentos históricos que indicam a existência de resistência às mudanças

Fonte: Elaboração própria.

3 Resultados e Discussão

3.1 Reformas no campo educacional brasileiro no século XX

Nas duas primeiras décadas do século XX, o campo educacional brasileiro passou por reformas, como as verificadas no Quadro 02.

Quadro 02: Reformas educacionais na educação brasileira nas duas primeiras décadas do século XX

Ano	Reforma	Mudanças decorrente da Reforma
1901	Lei Orgânica do Ensino – Código Eptácio Pessoa	- Princípio de liberdade de ensino - Equiparou as escolas privadas às oficiais (públicas)
1911	Reforma Rivadávia Correa	- Liberdade de ensino - Desoficialização do ensino
1915	Reforma Carlos Maximiliano	- Reoficializou o ensino - Introduziu o exame vestibular
1925	Reforma João Luís Alves	- Introdução do regime seriado no ensino secundário

Fonte: Elaborado a partir de Saviani (2013, p. 170).

No início do século XX, “a pedagogia do método intuitivo manteve-se como referência durante a Primeira República, sendo que, na década de 1920, ganha corpo o movimento da Escola Nova, que já irá influenciar várias das reformas da instrução pública efetivadas no final dessa década” (SAVIANI, 2013, p. 140).

Entrando no Período da Segunda República, na década de 1930, tivemos a criação do Ministério da Educação e o ministro “baixou um conjunto de sete decretos, conhecidos como Reforma Francisco Campos [...]. Com essas medidas resultou evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional” (SAVIANI, 2013, p. 195-196).

Nesse período líderes da época começaram a se reunir em torno de debates sobre a educação, de várias tendências, trabalhando coletivamente. Segundo Saviani (2013), esse grupo fundou a Associação Brasileira de Educação (ABE), e, em 1927, organizou a I Conferência Nacional de Educação. Refletindo a força dessa Associação, continuaram a ocorrer, nos anos seguintes, as Conferências Nacionais de Educação.

Em 1932, um grupo de educadores publica o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sobre o qual diz Saviani:

Dois aspectos marcam, portanto, a estrutura do texto do “Manifesto”: é por um lado, um documento doutrinário e, por outro, um documento de política educacional. Como documento doutrinário, o texto declara-se filiado à Escola Nova. [...] Como documento de política educacional, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa no “Manifesto” a defesa da escola pública. (2013, p. 252-253)

O Manifesto exerceu influência sobre artigos da Constituição de 1934, como “o Artigo 148, que afirma ser a educação direito de todos e dever dos poderes públicos proporcioná-la, concomitantemente com a família” (ROMANELLI, 2014, p. 155). Entretanto, na Constituição de 1937 o Estado já não é mais obrigado a prestar manutenção ao ensino público, dispendo sobre os trabalhos manuais e enfatizando o ensino profissional.

Por iniciativa do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, em 1942, foram promulgadas “as leis orgânicas do ensino, conhecidas como Reformas Capanema. Com isso, embora por reformas parciais, toda a estrutura educacional foi reorganizada” (SAVIANI, 2013, p. 269). Nesse contexto, surgiram escolas profissionalizantes, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC). Segundo Romanelli (2014, p. 161), “na verdade, [...], constituído de um objetivo novo e bem característico do momento histórico em que vivíamos, a lei nada mais fazia do que acentuar a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático”.

[...] o sistema oficial de ensino, em seus ramos secundário e superior, continuou sendo o sistema das elites, ou, ao menos, das classes médias e altas, enquanto o sistema “paralelo” de ensino profissional, ao lado das escolas primárias, passou a ser mais acentuadamente o sistema educacional das camadas populares. (ROMANELLI, 2014, p. 174, grifos da autora).

Reforçando essa ideia, Libâneo (2012) diz que a

[...] escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças. (LIBÂNEO, 2012, p. 16).

Com o Período da Nova República, em 1946, foi promulgada a nova Constituição, que resgatava algumas ideias dos Pioneiros da Educação, que, para Saviani (2013, p. 281), consistem em: “concurso de títulos e provas para o exercício do magistério, [...] descentralização do ensino, [...], cooperação da União [...], vinculação orçamentária [...] e competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional”.

Em 1948, o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi encaminhado para a Câmara Federal, sendo que, só depois de 13 anos de muitas discussões é que foi promulgada a primeira LDB, no ano de 1961, dispendo sobre o Conselho Federal de Educação, a educação propedêutica e a profissional e a elaboração do Plano Nacional de

Educação (PNE).

Nessa época, Paulo Freire começou a trabalhar algumas ideias referentes à alfabetização, e, por isso, foi chamado para coordenar o Plano Nacional de Alfabetização, interrompido pelo Golpe Militar, em 1964. A educação brasileira passou a ser coordenada pelas forças armadas, em decorrência dessa situação, universidades foram invadidas, professores e alunos foram presos. Para Saviani (2013, p. 336) “a década de 1960 foi época de intensa experimentação educativa [experiência dos colégios vocacionais e de aplicação], deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora”. Neste período, também, ocorreu a Ação Popular, manifestações populares de uma geração, que foi derrotada pela repressão.

De acordo com Romanelli (2014), neste contexto de mobilização popular, de educação popular e de avanços tecnológicos, ocorreu um “crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, [...], acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios [...] chamados ‘Acordos MEC-Usaid’¹” (ROMANELLI, 2014, p. 202).

Em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, em 1971, a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Básica, formação de professores e disciplinas escolares. Na perspectiva de Saviani (2013), nessa época tem destaque a concepção pedagógica tecnicista (objetiva e operacional), a concepção analítica (clareza e consistência) e a visão crítico-reprodutivista (crítica e reprodutivista). Desse modo, para Saviani (1999), existem dois grupos de teorias educacionais, indicados no Quadro 03.

Quadro 03: Teorias educacionais na estrutura da sociedade

Teorias não-críticas	Teorias crítico-reprodutivistas
Teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade.	Teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização.
A sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros.	A sociedade é concebida sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força.

Fonte: Elaborado a partir de Saviani (1999, p. 15-16.)

Por volta de 1980, foram definidas “as idéias que vieram a constituir a proposta contra-hegemônica denominada ‘pedagogia histórico-crítica’” (SAVIANI, 2013, p. 420).

¹ Acordos MEC-Usaid são “convênios entre o MEC e seus órgãos e a Agency for International Development (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro” (ROMANELLI, 2014, p. 202).

Assim, chegamos ao fim do século XX, com as reformas de ensino amparadas no prefixo “neo” (SAVIANI, 2013, p. 451), e, segundo Saviani (2013, p. 449), no lema “qualidade total”. Na perspectiva do autor, o século se encerra sem um desfecho favorável para o campo educacional brasileiro, devido à falta de “propostas concretas em defesa de uma educação pública de qualidade acessível a população brasileira” (SAVIANI, 2013, p. 451).

3.2 Tendências pedagógicas emergentes no século XX

O resgate histórico do século XX mostra que os acontecimentos sociais, políticos e econômicos exerceram influência sobre o campo educacional. Consequentemente, as tendências pedagógicas decorrem das exigências do período vivido.

Nessa perspectiva, no Quadro 04, traçamos um paralelo entre as tendências pedagógicas, o contexto histórico e suas características.

Quadro 04: Tendências pedagógicas no contexto histórico educacional brasileiro e suas características

Tendência pedagógica		Década(s)	Contexto	Característica(s) da(s) tendência(s) pedagógica(s)
Tendências liberais ou hegemônicas	Tradicional	1550 a 1760	Ensino promovido pelos jesuítas	Repetitiva e mecânica
	Renovadora	1930	Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova	Experimentação
	Não diretiva	1930	Manifesto dos Pioneiros da Educação	Formação de atitudes
	Tecnicista	1960, 1970 e 1980	Regime Militar	Técnicas específicas
Tendências progressistas ou contra-hegemônicas	Libertadora	1970 e 1980	Fim do Regime Militar	Tema gerador
	Libertária	1980	Abertura democrática	Autogestão e movimento operário
	Histórico-crítica	1980	Abertura democrática	Contexto cultural e social

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de: Libâneo (1992), Queiroz e Moita (2007), Saviani (2013) e Libâneo (1992).

Conforme verificado no Quadro 04, segundo Libâneo (1992), as tendências pedagógicas se dividem em dois grupos: as tendências liberais e as tendências progressistas. Percebemos que as tendências pedagógicas têm um indicador referente ao momento histórico em que suas características começam a ser inseridas no campo educacional, no entanto, não podemos afirmar que uma tendência pedagógica se esgota em decorrência do aparecimento de outra, considerando que as tendências pedagógicas sofrem adequações ao longo do tempo,

como diz Saviani (2013, p. 446), “vão metamorfosear-se”.

3.3 Elementos indicativos de resistência à mudança no campo educacional brasileiro

Como dito, ao longo do século XX, acontecimentos históricos ocorreram nos campos social, político, econômico e educacional. Ao focalizarmos esses quatro campos, percebemos que eles têm uma relação de interdependência, pois a mudança em um, afeta diretamente o outro. É justamente no momento de mudanças que surgem as contradições e as resistências.

Portanto, o discurso pedagógico é sempre social, no sentido de que tende, de uma lado, a considerar como sujeitos da educação as várias figuras dos educandos, pelo menos nas duas determinações opostas de usuários e de produtores, e, de outro lado, a investigar a posição dos agentes da educação nas várias sociedades da história. Além disso, é também um discurso político, que reflete as resistências conservadoras e as pressões inovadoras presentes no fato educativo e, afinal, a relação dominantes-dominados. (MANACORDA, 2006, p. 6)

Nesse sentido, encontramos alguns indicadores de resistência às mudanças no campo educacional brasileiro, ao longo do século XX, decorrentes de disputas pelo poder², do ensino público e/ou dos movimentos e reformas.

Um indício de resistência observado no início do século XX está na fundação do Partido Socialista Brasileiro, em 1902. Os partidos operários, segundo Saviani (2013, p. 182), começaram “reivindicando o ensino público, criticavam a inoperância governamental no que se refere à instrução popular e fomentavam o surgimento de escolas operárias e de bibliotecas populares”. Neste cenário, as “pedagogias do movimento operário” (SAVIANI, 2013, p. 181) estiveram presentes no campo educacional brasileiro, no período referente à Primeira República (1889 a 1930).

Neste contexto, outro indício de resistência parte da Igreja Católica e do receio de perder o poder perante a sociedade. Assim, “A difusão da Escola Nova irá encontrar resistência na tendência tradicional representada, na década de 1930, hegemonicamente pela Igreja Católica” (SAVIANI, 2013, p. 140). No entanto, “a resistência dos católicos não chegou a impedir o avanço dos pioneiros, que, a partir do início da década de 1930, começaram a ocupar os principais postos da burocracia educacional” (SAVIANI, 2005, p. 14).

² Neste trabalho a palavra “poder” está relacionada ao segmento dominante da sociedade brasileira.

Também gerou resistência à proibição do ensino religioso nas escolas públicas, o que, segundo Saviani (2013, p. 180), concretizou-se na chamada “resistência ativa”.

Considerando a educação uma área estratégica, os católicos esmeraram-se em organizar esse campo criando, a partir de 1928, nas diversas unidades da federação, Associações de Professores Católicos (APCs) que vieram a ser aglutinadas na Confederação Católica Brasileira de Educação. Com essa força organizativa, os católicos constituíram-se no principal núcleo de idéias pedagógicas a resistir ao avanço das idéias novas, disputando, palmo a palmo com os renovadores, herdeiros das idéias liberais laicas, a hegemonia do campo educacional no Brasil a partir dos anos de 1930. (SAVIANI, 2013, p. 180).

Assim, temos mais um indício de resistência, pois, torna-se evidente o conflito entre os católicos e os escolanovistas, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação. Neste contexto, a resistência à mudança é explícita, seja por motivos religiosos ou políticos. Como destaca Saviani (2013, p. 254), “a recepção foi polêmica”.

Para o autor, nessa época, Anísio Teixeira enfrentou vários obstáculos em função da resistência das classes dominantes no Brasil, assim denominadas por Saviani (2013), em relação às desigualdades sociais.

Portanto, as dificuldades enfrentadas pela educação vinham desses setores resistentes às mudanças, os quais continuavam controlando a sociedade brasileira. Anísio identificava essas resistências também na forma como nosso processo político tinha se organizado, cristalizando a tendência dos políticos profissionais a utilizar o espaço público e o poder público como instrumento de defesa de interesses, privados o que conduzia a uma política clientelista e personalista. Diante desse quadro colocava-se a questão de como encontrar mecanismos para se contrapor a essas tendências. (SAVIANI, 2013, p. 222).

A visão católica entendia que os pais tinham o direito de decidir sobre a educação de seus filhos, enquanto o movimento escolanovista defendia duas “bandeiras”: gratuidade e obrigatoriedade.

Com o fortalecimento dos movimentos populares, vinculados às ideias de Paulo Freire, e a Ação Popular, houve, segundo Saviani (2013, p. 339), um desmembramento das ideias renovadoras, cujo desdobramento apresentamos no Quadro 05.

Quadro 05: Triplo desdobramento das ideias renovadoras no campo pedagógico

Pela esquerda	Pelo centro	Pelo direita
Educação popular Pedagogia da libertação	Pedagogias não-diretivas Ensaio de experimentação	Pedagogia tecnicista

Fonte: Saviani (2013, p. 339).

No cenário dos anos de 1960, começa a emergir a crise da Pedagogia Nova, tendo como pano de fundo a Guerra Fria e os avanços tecnológicos nos processos de comunicação, que desencadeiam uma corrente de pensamento sobre a escola e a educação, entendendo que a escola não era a única responsável pelo processo da educação formal, institucionalizada. Neste contexto, segundo Saviani (2013, p. 345), são assinados os “Acordos MEC-Usaid”, e em decorrência deste panorama, na perspectiva do autor, a pedagogia tecnicista, entendida como “pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, [...] advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional” (SAVIANI, 1999, p. 23), torna-se a pedagogia oficial das escolas, provocando críticas e dando margem a estudos chamados de tendência crítico-reprodutivista.

Portanto, o mérito da tendência crítico-reprodutivista foi dar sustentação teórica para a resistência ao autoritarismo, para a crítica à pedagogia tecnicista e para desmistificar a crença, bastante comum entre os educadores, na autonomia da educação em face das relações sociais. (SAVIANI, 2013, p. 395).

A década de 1980 foi considerada por Saviani (2013, p. 402) uma “década perdida”, tanto no campo econômico, como no campo educacional, apesar de grandes movimentos educacionais, como as propostas das pedagogias contra-hegemônicas.

Chega ao fim o século XX, com as tendências já mencionadas e com as mudanças no campo educacional, decorrentes da exigência de mão-de-obra cada vez mais qualificada e preparada em menor tempo, refletindo, como dito, a ideia da “qualidade total” (SAVIANI, 2013, p. 439), e sendo a educação considerada um investimento individual, na qual o indivíduo apenas adquire um *status* de empregabilidade, mediante a “metamorfose, a ressignificação do lema ‘Aprender a Aprender’” (SAVIANI, 2013, p. 433), emergindo uma nova tendência, chamada de neoescolanovismo.

[...] deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade. [...] [onde] o lema “aprender a aprender” liga-se à necessidade de constante atualização exigida pela necessidade de ampliar a esfera de empregabilidade. (SAVIANI, 2013, p. 431-432).

A resistência às mudanças torna-se mais evidente no fechamento do século, seja por discordar das propostas apresentadas, seja pela disputa do poder, seja pela luta por uma escola

pública, gratuita e obrigatória. Percebemos que o século XXI se inicia em pleno conflito educacional, pois, ao longo de todo o século XX, não foi possível organizar uma proposta educacional nacional que surtisse efeito positivo e que fosse aceita plenamente pelos movimentos educacionais, “e até hoje não conta com um sistema organizado em âmbito nacional” (SAVIANI, 2005, p. 267).

4 Considerações Finais

Neste trabalho buscamos identificar as principais tendências pedagógicas que configuram o pensamento educacional brasileiro no século XX e localizar indícios de resistência. Realizada a revisão da literatura pertinente, percebemos que a resistência existiu neste período, em contextos que envolviam: a disputa pelo poder, os movimentos populares, a defesa do ensino público, gratuito e obrigatório, a laicidade do ensino e a erradicação do analfabetismo. Estamos cientes de que os resultados apresentados podem variar conforme o referencial teórico abordado, ou seja, de que nossas escolhas teórico-metodológicas impactam sobre os resultados.

Os indícios localizados no período analisado apontam: resistência da Igreja Católica: receio de perder o poder perante a sociedade; resistência dos partidos operários: receio de não ter acesso ao ensino público; resistência à proibição do ensino religioso nas escolas públicas: disputa pela hegemonia do campo educacional no Brasil; resistência em relação à organização do processo político: disputa do espaço público como instrumento de interesses privados; resistência ao tecnicismo: receio de ser substituído pela máquina.

Desse rol, destacamos a tendência tecnicista, emergente na década de 1970, época em que, devido ao processo de industrialização e pelo fato de a educação ser entendida como um investimento, alguns educadores tinham o receio de serem substituídos pela máquina, receio que ainda paira sobre a comunidade escolar no século XXI, fomentando a resistência ao uso das TIC no ensino, sendo este o objeto da pesquisa de mestrado que atualmente desenvolvemos.

O exposto sugere que a resistência, ao longo da história da educação brasileira no século XX, vem em decorrência de mudanças, não quaisquer, mas aquelas que afetam o *status quo* vigente ou, no caso da educação, mudanças que afetam as certezas existentes, traduzidas, essas, em práticas e concepções validadas por determinado grupo.

Conforme Tedesco, assim emoldurado, esse cenário

[...] deixa transparecer que as atuais transformações exigem novas posturas dos atores educacionais, até porque o caráter sistêmico delas revela que conseguirão melhores resultados as estruturas adequadas para a implementação das mudanças que o momento histórico estiver indicando. [...] esperamos que estas mudanças não se transformem em cortina de fumaça para abandonar o que alguns já chamam de velhos dogmas da educação pública, gratuita, universal e obrigatória (2001, p. 10).

Ressalvadas as limitações do resgate histórico aqui empreendido, ele aponta que a resistência vem junto com processos de mudança, sugerindo que todo e qualquer processo de mudança dentro e fora da educação traz como corolário a resistência.

Em outras palavras, em contextos de mudança surge a resistência. Se isto se confirma, o que pensar da resistência permanente, que dura e perdura ao longo do tempo, a exemplo da verificada com as tecnologias na educação? Corresponde, essa, ao ranço de uma época ou reflete e confirma o que afirma Tedesco (2001) sobre reação à mudança dentro e fora do campo educacional? Por ser novidade, dado permanecerem como tal na rede pública, em especial no Estado de Goiás, serão as tecnologias alvo de eterna resistência? Estaria a resistência atrelada aos interesses e, por conseguinte, ao poder de grupos dominantes, aqui concebido a partir de Paro (2010)?

Conforme a literatura educacional, quando o assunto é aula com tecnologias digitais, dois extremos se evidenciam: os que apoiam e os que rejeitam as TIC.

O exposto vem ao encontro da premissa de que na educação a resistência não é prerrogativa das tecnologias, isto é, a primeira não existe somente em decorrência da segunda. No contexto histórico abordado, a resistência se configura como reação, talvez, não à mudança, propriamente dita, mas à alusão de uma suposta perda com a mesma.

Como dito, a pesquisa aqui abordada está em andamento. Prosseguimos investigando.

Referências

BUENO, S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2007.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da Informação**. 8. ed. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

QUEIROZ, C. T. A. P. MOITA, F. M. G. S. C. **As tendências pedagógicas e seus pressupostos**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classe. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 224-274.

_____. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2010.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. 3. reimpr. São Paulo: Ática, 2001.